

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

AÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUA_TIPO A_CONTABILIDADE FISCAL

“As demonstrações financeiras”

Cristina Mota Lopes

As demonstrações financeiras

I- INTRODUÇÃO

- ✓ Atividade económica/obrigatoriedade de registo, prestação de contas;
- ✓ Contabilidade financeira / Contabilidade de gestão

II – CONTABILIDADE FINANCEIRA

- ✓ O Sistema de Normalização Contabilística
- ✓ Estrutura Conceptual
- ✓ Os modelos das demonstrações financeiras

III – AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: CASOS PRÁTICOS



- ### I-Introdução
- Resposta a um conjunto de questões:
- Atividade lucrativa?
 - Distribuição de lucros?
 - Financiamento ?
 - Trabalhadores / encargos/políticas sociais...?
 - Mercado /clientes...?
 - Fornecedores?
 - ...
- As demonstrações financeiras_ Cristina Mota Lopes
- 4

I-Introdução

Dever de relatar a gestão e apresentar contas (art.º 65.º do CSC):

- “Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, incluindo a demonstração não financeira ou o relatório separado com essa informação, ambos referidos nos artigos 66.º-B e 508.º-G, quando aplicáveis, as contas do exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual”.*
- “...no prazo de três meses a contar da data do encerramento de cada exercício anual, ou no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se trate de sociedades que devam apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método da equivalência patrimonial”.*

Relatório de gestão (art.º 66.º do CSC):

- “O relatório da gestão deve conter, pelo menos, uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta”*

Prestação de contas (art.º 70.º do CSC):

- “A informação respeitante às contas do exercício e aos demais documentos de prestação de contas, devidamente aprovados, está sujeita a registo comercial, nos termos da lei respetiva”*

I-Introdução

ATIVIDADE ECONÓMICA

- Rendimentos e ganhos
- Gastos e perdas
- Recebimentos e pagamentos
- Acréscimos e diferimentos
- ...

CONTABILIDADE → LUCRO

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

I-Introdução

☐ Do lucro contabilístico ao lucro fiscal:

- ☐ “ A tributação das empresas incide fundamentalmente sobre o seu rendimento real” – art.º104.º n.º2 CRP
- ☐ “...Quanto às que exerçam, a título principal, essas atividades (e considera-se que é sempre esse o caso das sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, das cooperativas e das empresas públicas), o IRC incide sobre o respetivo lucro...” – Preâmbulo do CIRC
- ☐ “... Dado que a tributação incide sobre a **realidade económica constituída pelo lucro, é natural que a contabilidade, como instrumento de medida e informação dessa realidade, desempenhe um papel essencial como suporte da determinação do lucro tributável**” – Preâmbulo do CIRC
- ☐ “O **lucro tributável** das pessoas coletivas e outras entidades mencionadas na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º é constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado, determinados **com base na contabilidade** e eventualmente corrigidos nos termos deste Código. – art.º17.º n.º1 do CIRC

I-Introdução

☐ Contabilidade:

- ☐ Ciência de natureza económica;
- ☐ Sistema de informação económica e financeira:
 - ☐ Dá-nos a situação patrimonial da entidade, as variações quantitativas e qualitativas.
- ☐ Objetivo: a divulgação de informação essencialmente quantitativa, relativa a realidade económica passada, presente e futura de uma entidade;
- ☐ Facilita a tomada de decisão financeiras por parte dos interessados (acionistas, Estado, credores, trabalhadores, clientes...):



I-Introdução

Contabilidade em duas vertentes:

Contabilidade financeira (geral):

- Relatar a posição financeira de uma entidade => demonstrações financeiras
- Fornece informação relevante a todos os interessados na entidade (internos e externos à mesma);
- Obrigatória: Sistema de Normalização Contabilística (SNC);

Contabilidade de gestão (analítica):

- Fornecer informação sobre a gestão de custos, margens de comercialização (questões a que a contabilidade financeira não dá resposta);
- Utilizadores internos: gestores
- Não obrigatória => não existe um sistema normalizado de informação.

II-Contabilidade Financeira

Como evidenciar os fluxos de uma entidade ?

Ótica Económica:

- ✓ Considera os fluxos reais externos e internos e a obtenção de bens/serviços: **Rendimentos e Gastos**
- ✓ Procura analisar a economicidade dos meios e a capacidade de gerar bens e serviços
- ✓ Quadros de informação a utilizar: **as Demonstrações de Resultados (por natureza e por funções)**

Ótica Financeira:

- ✓ Considera os direitos e as obrigações de carácter financeiro: **Receitas e Despesas**
- ✓ Permite analisar a importância dos recursos económicos da instituição, o equilíbrio financeiro, a liquidez, a autonomia financeira
- ✓ Quadros de informação a utilizar : o **Balanço**

Ótica Monetária:

- ✓ Considera os fluxos reais e a sua correspondência a contraprestação pecuniária: **Recebimentos e Pagamentos**
- ✓ Permite analisar a existência ou não de meios líquidos de pagamento e capacidade de a entidade os gerar
- ✓ Quadros de informação a utilizar: a **Demonstração de Fluxos Monetários (ou de Caixa)**

II-Contabilidade Financeira

Qual a relação entre a Contabilidade e o Património de uma entidade?

- A contabilidade tem a função de interpretar e registar todas as operações que afetem o património da entidade;



- O património de uma entidade (ou pessoa) é indivisível: não é possível a uma entidade ter mais que um património;

PATRIMÓNIO = ATIVOS - PASSIVOS

Ativos: bens e direitos

Passivos: obrigações

II-Contabilidade Financeira

Como registar as operações de uma entidade?

Contabilidade digráfica:

- ✓ Por uma operação é movimentada pelo menos duas contas, uma que é debitada e outra que é creditada pelo mesmo valor;
- ✓ Contudo, se se trata de uma operação complexa, podem ser movimentadas mais que duas contas:
 - ✓ e neste caso, o total das importâncias inscritas a débito de uma ou mais contas é igual ao total das importâncias inscritas a crédito de uma ou várias contas;

- Codificar as operações => O [Código de Contas](#) é de utilização obrigatória.

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

- Aprovado pelo D.L. n.º158/2009, de 13 de julho:
- ✓ Revogou o Plano Oficial de Contabilidade (POC), as diretrizes contabilísticas e interpretações, em vigor até à data (a introdução da contabilidade normalizada em Portugal surgiu em 1977);
- Alterações pela Lei n.º20/2010, de 23 agosto, pelo D.L. n.º36-A/2011, de 9 março, D.L. n.º 98/2015, de 2 junho, que o republica, e pelo D.L. n.º 192/2015, de 11 setembro.

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

- Modelo de normalização contabilística assente mais em princípios do que em regras explícitas;
- Sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (assimila a Diretiva Contabilística, Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013);

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

- São estabelecidos princípios contabilísticos aceites e estabelecida uma metodologia que permite a comparabilidade da informação financeira, bem como a sua compreensão pelos diversos utilizadores;
- É obrigatoriamente aplicável às seguintes entidades:
 - ✓ Entidades abrangidas pelo CSC;
 - ✓ Empresas individuais reguladas pelo C.Comercial;
 - ✓ Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
 - ✓ Empresas públicas que não se encontrem abrangidas pelo SNC para as Administrações Públicas;
 - ✓ Cooperativas (com exceções);
 - ✓ Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico;
 - ✓ Entidades do Setor não lucrativo (ESNL)

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

- As entidades sujeitas ao SNC são obrigadas a apresentar as seguintes **demonstrações financeiras**:
 - ✓ **Balanço**;
 - ✓ **Demonstração dos resultados por naturezas**
 - ✓ adicionalmente, pode ser apresentada uma demonstração dos resultados por funções;
 - ✓ **Demonstração das alterações no capital próprio**;
 - ✓ **Demonstração dos fluxos de caixa**;
 - ✓ **Anexo**

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

As entidades são enquadradas nas seguintes categorias:

À data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites:	Total de balanço	Volume de negócios líquido	Número médio de empregados durante o período
Microentidades	€ 350 000	€ 700 000	10
Pequenas entidades	€ 4 000 000	€ 8 000 000	50
Médias entidades	€ 20 000 000	€ 40 000 000	250
À data do balanço, ultrapassem dois dos três limites referidos para as médias entidades			
Grandes entidades	€ 20 000 000	€ 40 000 000	250

As entidades de interesse público são consideradas grandes entidades, independentemente: do total de balanço, do volume de negócios líquido e do n.º médio de empregados

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

é composto pelos seguintes instrumentos:

- ✓ Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF)
- ✓ [Modelos de demonstrações financeiras \(MDF\)](#)
- ✓ [Código de contas \(CC\)](#)
- ✓ Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF)
- ✓ Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE)
- ✓ Norma contabilística para microentidades (NC-ME)
- ✓ Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)
- ✓ Normas interpretativas

A **Estrutura Conceptual** que enquadra aqueles instrumentos, constitui um documento autónomo.

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Para o setor lucrativo temos:

✓ 28 NCRF

✓ NCRF-PE

✓ NC-ME

**Que Demonstrações Financeiras
devem ser apresentadas?**

II-Contabilidade Financeira

Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Demonstrações Financeiras	28 NCRF	NCRF-PE	NC-ME
Balanço	X	X	X
Demonstração de resultados por natureza	X	X	X
Demonstração das alterações no CP	X		
Demonstração dos fluxos de caixa	X		
Anexo	X	X	A partir de 1-1-2016: não é obrigatório, desde que divulguem informação no balanço
Portaria n.º220/2015, de 24 de julho: Modelos de demonstrações financeiras			

II-Contabilidade Financeira

As demonstrações financeiras:

- são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro da entidade;
- objetivo: proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas;
- também mostram os resultados da condução, por parte dos órgãos de gestão, dos recursos a ele confiados;

II-Contabilidade Financeira

As demonstrações financeiras:

- Proporcionam informação acerca de:
 - Ativos;
 - Passivos;
 - Capital próprio ou fundos patrimoniais;
 - Rendimentos (réditos e ganhos);
 - Gastos (gastos e perdas);
 - Outras alterações no capital próprio ou nos fundos patrimoniais e;
 - Fluxos de caixa.

II-Contabilidade Financeira

☐ As demonstrações financeiras:

☐ BALANÇO:

- ✓ **Ativo** (código de contas: classe 1;2;3;4)
- ✓ **Passivo** (código de contas: classe 2)
- ✓ **Capital Próprio** (código de contas: classe 5)



☐ BALANÇO:

Ativo = Capital Próprio + Passivo

☐ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- ✓ **Rendimentos** (código de contas: classe 7)
- ✓ **Gastos** (código de contas: classe 6)



Resultado Líquido do período (RL) (código de contas: classe 8)

RL= Rendimentos-Gastos – Imposto s/rendimento



Integração no balanço



II-Contabilidade Financeira

☐ Estrutura Conceptual (EC):

- ✓ Constitui um documento autónomo;
- ✓ Não é uma NCRF;
- ✓ Nos caso em que haja conflito entre a EC e NCRF => os requisitos da NCRF prevalecem em relação à EC;
- ✓ Estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos;

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC):

✓ **Objetivo:**

- ✓ Auxiliar (os preparadores) na preparação das demonstrações financeiras, na aplicação das NCRF;
- ✓ Auxiliar (os utentes) na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras;
- ✓ Proporcionar informação acerca da Comissão de Normalização Contabilística.

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) - Pressupostos subjacentes à preparação das demonstrações financeiras:

Regime de acréscimo (periodização económica): Os efeitos das transações e outros acontecimentos:

- ✓ são reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando caixa ou equivalente de caixa sejam recebidos ou pagos);
- ✓ Registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem;

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) - Pressupostos subjacentes à preparação das demonstrações financeiras:

Continuidade: as demonstrações financeiras são normalmente preparadas no pressuposto de que uma entidade:

✓ é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível;

A entidade não tem nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Mas, se existir tal intenção ou necessidade, as demonstrações financeiras podem ter que ser preparadas segundo um regime diferente => a divulgação do regime usado.

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Características qualitativas das demonstrações financeiras:

Compreensibilidade: a informação proporcionada nas demonstrações financeiras deve ser rapidamente compreensível pelos interessados;

Relevância: a informação tem de ser relevante para a tomada de decisão. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e **materialidade**.

✓ a informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos interessados tomadas com base nas demonstrações financeiras.

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Características qualitativas das demonstrações financeiras:

Fiabilidade: para ser útil a informação deve ser fiável. Deve representar com fiabilidade as transações e outros acontecimentos que pretende representar:

- ✓ é necessário que as transações e outros acontecimentos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade económica e não meramente com a sua forma legal (**Substancia sobre a forma**)
- ✓ a informação tem de ser neutra (**Neutralidade**);
- ✓ Aplicação de **prudência** na preparação das demonstrações financeiras.
- ✓ A informação deve ser completa dentro dos limites da materialidade e de custo (**Plenitude**).

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Características qualitativas das demonstrações financeiras:

Comparabilidade: os interessados devem ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho:

- ✓ Consistência nas políticas de mensuração ao longo do tempo;
- ✓ Informação sobre as políticas contabilísticas adotadas;
- ✓ Conformidade com a NCRF, incluindo a divulgação;
- ✓ As demonstrações financeiras devem mostrar informação correspondente dos períodos anteriores.

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Constrangimentos à informação relevante e fiável:

- Tempestividade:** a demora no relato da informação pode levar a perda da sua relevância. O relato tempestivo pode diminuir a fiabilidade da informação e o relato demorado pode ser altamente fiável, mas de pouca utilidade (entretanto a tomada de decisão já ocorreu);
- Balanceamento entre benefício e custo:** ponderação entre o benefício de divulgar e o custo de a proporcionar;
- Imagem verdadeira e apropriada/apresentação apropriada:** a EC não trata estes conceitos, mas a aplicação das principais características qualitativas e das normas contabilísticas apropriadas:
 - ✓ **resulta normalmente em demonstrações financeiras que transmitem que é entendido como uma imagem verdadeira e apropriada de tal informação.**

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Elementos das demonstrações financeiras:

- Relacionados com a mensuração da posição financeira:**
 - ✓ **Ativo:** é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros;
 - ✓ **Passivo:** é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando económicos futuros;
 - ✓ **Capital próprio:** é o interessa residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Elementos das demonstrações financeiras:

Relacionados com a mensuração do resultado (desempenho):

- ✓ Rendimentos: são **aumentos** nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuição de passivos que resultem em aumentos de capital próprio;
- ✓ Gastos: são **diminuições** nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deprecimento de ativos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições de capital próprio;

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras:

Reconhecimento = processo de incorporar no balanço e na demonstração de resultados o item que satisfaça a definição de elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento;

Reconhecimento se:

- ✓ for provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade; e
- ✓ O item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade

II-Contabilidade Financeira

Estrutura Conceptual (EC) – Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras:

Mensuração = processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devem ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados;

Base de mensuração:

- ✓ Custo histórico;
- ✓ Custo corrente;
- ✓ Valor realizável líquido;
- ✓ Valor presente;
- ✓ Justo valor

II-Contabilidade Financeira

As normas contabilística e de relato financeiro (NCRF):

Tratamento contabilístico de um item;

Reconhecimento e mensuração;

- ✓ mensuração inicial
- ✓ mensuração subsequente:
 - Modelo do custo
 - Modelo de revalorização
 - Justo Valor

Divulgação

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 1

RENDIMENTOS e GASTOS

A entidade ABC, SA contratualizou com a entidade XZ, SA os seguintes serviços:

- Campanha publicitária: € 200.000

A campanha decorreu no ano N.

Por acordo entre as duas entidades, a entidade XZ, SA emitiu à ABC, SA diversas faturas que totalizam € 300.000. No final do ano N, nenhum montante foi pago pela entidade ABC,SA.

Qual o impacto do registo de uma operação simulada ou em que seja simulado o preço constante da fatura?

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 1

Entidade ABC, SA: Registo da operação cujo valor foi simulado:

- ✓ Gasto - fornecimentos e serviços externos, conta 62 movimentada a débito, pelo valor de € 300 000;
- ✓ Passivo (corrente) – fornecedor, conta 22 movimentada a crédito, pelo valor de € 300 000 (foi ignorado o efeito do IVA)

Demonstração de resultados:

- ✓ Resultado líquido do período inferior em € 100 000 (evidenciado na conta 81);
- ✓ Divulgado um desempenho económico da entidade inferior ao real.

Balanço:

- ✓ Passivo superior ao real, a conta fornecedores regista uma dívida superior (+ € 100 000);
- ✓ Situação financeira inferior à real: Capital próprio inferior em € 100 000 e passivo superior em € 100 000.

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 1

Entidade XZ, SA: Registo da operação cujo valor foi simulado:

- ✓ Rendimento - rédito de prestação de serviços, conta 762 movimentada a crédito, pelo valor de € 300 000;
- ✓ Ativo (corrente) – cliente, conta 21 movimentada a débito, pelo valor de € 300 000 (foi ignorado o efeito do IVA)

Demonstração de resultados:

- ✓ Resultado líquido do período superior em € 100 000 (evidenciado na conta 81);
- ✓ Divulgado um desempenho económico da entidade superior ao real.

Balanço:

- ✓ Ativo superior ao real, a conta clientes regista uma dívida superior (+ € 100 000);
- ✓ Situação financeira superior à real: Capital próprio superior em € 100 000 e ativo superior em € 100 000.

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 1

Demonstrações financeiras:

- ✓ A informação financeira divulgada não dá uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e do desempenho das entidades;

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 2

PERDAS POR IMPARIDADE

Uma entidade evidencia no balanço do ano N-1 dividas de clientes no valor de € 1 000 000,00 e para as quais já ocorreram diversas diligências com o objetivo da sua cobrança promovidas no ano N.

O órgão de gestão considera que existe uma forte probabilidade do seu recebimento não ocorrer. Contudo, toma a decisão de não reconhecer que este ativo está em perda de valor, mantendo assim o seu valor no ano N.

Qual o impacto desta decisão na informação financeira divulgada?

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 2

Registo da operação:

- ✓ Não reconhecimento de um gasto – perdas por imparidade em dividas a receber => não há registos a realizar;
- ✓ No final do ano N o valor da conta de clientes permanece igual ao valor evidenciado no balanço do ano N-1 (€ 1 000 000);

Demonstração de resultados:

- ✓ Resultado liquido do período superior em € 1 000 000 (evidenciado na conta 81);
- ✓ Divulgado um desempenho económico da entidade superior ao real.

Balanço:

- ✓ Ativo superior ao real, a conta clientes regista um valor superior ao real (+ € 1 000 000);
- ✓ Situação financeira superior à real: Capital próprio superior em € 1000 000 e ativo superior em € 1000 000.

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 2

Demonstrações financeiras:

- ✓ A informação financeira divulgada não dá uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e do desempenho da entidade;

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 3

PERDAS POR IMPARIDADE

E se a entidade reconhecer a perda por imparidade em dividas a receber?

Qual o impacto desta decisão na informação financeira divulgada?

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 3

Registo da operação:

- ✓ Gasto - perdas por imparidade em dividas a receber, conta 65 (subconta 6511) movimentada a débito, pelo valor de € 1 000 000;
- ✓ Ativo (corrente) – clientes, conta 21 (subconta 219) movimentada a crédito, pelo valor de € 1 000 000;

Demonstração de resultados:

- ✓ Resultado liquido do período (conta 81) reflete o gasto de € 1 000 000;
- ✓ Divulgado um desempenho económico da entidade verdadeiro e apropriado.

Balanço:

- ✓ Ativo: já não contempla a divida de € 1 000 000; é mensurado pelo valor liquido, (clientes-perda por imparidade = 0);
- ✓ Situação financeira verdadeira e apropriada
- ✓ Capital próprio inferior em € 1 000 000 e ativo inferior em € 1 000 000.

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 4

PROVISÕES

No ano N, a entidade Beta SA foi alvo de um processo judicial por parte de um grupo de cidadãos locais devido a uma alegada emissão de gases poluentes.

Em dezembro desse ano, o advogado da empresa, especialista nesta área, conclui que não era provável que a empresa fosse condenada em tribunal a pagar a indemnização judicialmente requerida;

No ano N+1, a evolução do processo judicial implicou uma nova avaliação e foi considerado existir uma forte probabilidade que o desfecho da ação judicial fosse desfavorável e que a indemnização que a entidade teria que pagar seria de € 500 000 e o desfecho do processo judicial poderia ocorrer no prazo de 3 anos.

Qual o impacto desta decisão na informação financeira divulgada?

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 4

Registo da operação:

Ano N: não existe uma obrigação presente da entidade

Ano N+1: existe uma obrigação presente da entidade...e é mensurada com fiabilidade:

- ✓ Gasto - provisões-processos judiciais em curso, conta 67 (subconta 673) movimentada a débito, pelo valor de € 500 000;
- ✓ Passivo (não corrente) – provisões, conta 29 (subconta 293) movimentada a crédito, pelo valor de € 500 000;

Demonstração de resultados:

- ✓ Resultado líquido do período (conta 81) reflete o gasto de € 500 000;
- ✓ Divulgado um desempenho económico da entidade verdadeiro e apropriado.

Balanço:

- ✓ Passivo (não corrente): evidencia provisão de € 500 000;
- ✓ Situação financeira verdadeira e apropriada
- ✓ Capital próprio inferior em € 500 000 e passivo superior em € 500 000.

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 5

O JUSTO VALOR

Uma entidade tem registado no seu ativo duas propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do justo valor. No ano N, adquiriu um imóvel para investimento, o qual pretende valorizar pelo modelo do custo, atribuindo um período de vida útil de 40 anos.

É conhecida a seguinte informação:

Propriedades de investimento	1 (adquirida no ano N-1)	2 (adquirida no ano N-1)	3 (adquirida no ano N)
Custo aquisição	200 000	100 000	400 000
Justo valor (N-1)	200 000	120 000	----
Justo valor (N)	220 000	125 000	380 000

Qual o impacto desta decisão na informação financeira divulgada no ano N?

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 5

☐ Registo das operações:

A entidade está obrigada a aplicar de forma consistente o modelo do JV a todas as propriedades de investimento, de acordo com a NCRF-11. Contudo não o faz.

Propriedades de investimento	JV (N-1)	JV (N)	CA	Depreciação	Varição JV
1	200 000	220 000			+20 000
2	120 000	125 000			+5 000
3		380 000	400 000	10 000 (Sendo 400 000/40 anos)	-20 000

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 5

☐ Registo das operações – não cumprimento da NCRF-11:

Reconhecimento e mensuração inicial:

- ✓ Ativo (não corrente) – aquisição da propriedade de investimento, conta 42 movimentada a débito pelo valor de € 400 000;
- ✓ Ativo (corrente) – pagamento da propriedade de investimento, conta 12, movimentada a crédito pelo valor de € 400 000;

Mensuração subsequente:

- ✓ Ganho por aumento de justo valor: aumento do JV das propriedades investimento 1 e 2, conta 77 (subconta 77...) movimentada a crédito, pelo valor de € 20 000 + € 5 000;
- ✓ **Ativo (não corrente):** aumento do JV das propriedades de investimentos 1 e 2, conta 42 (subconta 42...) movimentada a débito pelo valor de € 20 000 + € 5 000;
- ✓ Gasto de depreciação – propriedade investimento 3 - conta 64 (subconta 64...) movimentada a débito, pelo valor de € 10 000;
- ✓ **Ativo (não corrente):** propriedade investimento 3, conta 42 (subconta 428) movimentada a crédito pelo valor de € 10 000;

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 5

❑ O não cumprimento da NCRF-11:

❑ Demonstração de resultados:

- ✓ Resultado líquido do período (conta 81) reflete o aumento do JV de € 25 000 e o gasto de depreciação de € 10 000;
- ✓ Divulgado um desempenho económico da entidade superior ao real.

❑ Balanço:

- ✓ Ativo (não corrente) – aumento do valor do ativo - a conta propriedades de investimento regista um aumento de valor de € 15 000 (€ 20 000+€ 5 000 - € 10 000), superior ao real (€ 20 000 + 5 000 – 20 000 = 5 000);
- ✓ Situação financeira superior à real: Capital próprio superior em € 15 000 e ativo superior em € 15 000.

A informação financeira divulgada não dá uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e do desempenho da entidade

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 5

E se a entidade aplicar a NCRF-11, aplicando modelo do Justo Valor a todas as propriedades de investimento?

O registo contabilístico referente à **propriedade de investimento 3** é o seguinte, para a **mensuração subsequente**:

- ✓ Perda por redução de Justo Valor– conta 66 (subconta 66...) movimentada a débito, pelo valor de € 20 000;
- ✓ **Ativo (não corrente)**: propriedade investimento 3, conta 42 (subconta 42...) movimentada a crédito pelo valor de € 20 000;

No final do ano N: a propriedade investimento 3 tem uma quantia escriturada igual ao JV € 380 000 (€ 400 000 – € 20 000)

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 5

O cumprimento da NCRF-11:

Demonstração de resultados:

- ✓ Resultado líquido do período (conta 81) reflete o aumento do JV de € 5 000 (sendo 20 000 + 5 000 – 20 000)
- ✓ Divulgado um desempenho económico da entidade verdadeiro e apropriado.

Balanço:

- ✓ Ativo (não corrente) – aumento do valor do ativo - a conta propriedades de investimento regista um aumento de valor de € 5 000 (€ 20 000+€ 5 000 - € 20 000);
- ✓ Situação financeira: aumento do Capital próprio em € 5 000 e do ativo em € 5 000.

A informação financeira divulgada dá uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e do desempenho da entidade

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 5

E se a entidade reconhecer aplicar o modelo do Justo Valor a todas as propriedades de investimento, cumprindo a NCRF-11?

A informação financeira divulgada dá uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e do desempenho da entidade.

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 6

☐ INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A entidade BETA SA adquiriu 30% do capital social da sociedade Gama SA, pelo valor de € 1 000 000 em Janeiro do ano N. O pagamento foi efetuado por transferência bancária na mesma data.

A sociedade BETA SA cumpre o normativo contabilístico pelo que aplica na mensuração dos seus investimentos financeiros o Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

No ano N, a sociedade Gama, SA:

- * apurou um resultado líquido do período de € 100 000;
- * contabilizou um excedente de revalorização do seu ativo fixo tangível no valor de € 80 000;
- * distribuiu dividendos no valor de € 200 000.

Qual o impacto na informação financeira divulgada pela entidade BETA SA?

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 6

☐ Registo das operações: Investimento financeiro em associadas

Mensuração inicial:

- ✓ Ativo (não corrente) – aumento dos investimentos em associadas, conta 41 (subconta 4121) movimentada a débito, pelo valor de € 1 000 000;
- ✓ Ativo (corrente) – pagamento por transferência, diminuição dos meios financeiros líquidos, conta 12 (subconta 12...) movimentada a crédito, pelo valor de € 1 000 000;

Mensuração subsequente - MEP:

O valor dos investimentos financeiros deve ser ajustado à variação do capital próprio da associada.

III- As Demonstrações Financeiras _ Caso prático 6

Registo das operações: Investimento financeiro em associadas

	Ativo não corrente Conta 4121	Ativo corrente Conta 12	Capital Próprio Conta 5712	Rendimentos Conta 7851
Mensuração inicial: Aquisição de 30% de Gama SA	+1 000 000	-1 000 000		
Mensuração subsequente: *Imputação do resultado líquido do período: 100 000*30%	+ 30 000			+30 000
*Imputação da reserva reavaliação (80 000*30%	+ 24 000		+ 24 000	
*Distribuição dividendos:200 000*30%	-60 000	+ 60 000		

Bibliografia

- Comissão de Normalização Contabilística;
- Borges, António et al. (2009). Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Casos práticos: Áreas Editorial.
- Gomes, João e Pires, Jorge (2010). Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Teoria e Prática: Vida Económica;
- Rodrigues, João (2018) Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Explicado: Porto Editora;

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

“As demonstrações financeiras”

Cristina Mota Lopes